

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	14.124.288	12.044.415
1.01	Ativo Circulante	2.670.638	3.554.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	247.611	392.601
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.709	757.705
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.709	757.705
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	3.709	757.705
1.01.03	Contas a Receber	1.370.910	1.405.990
1.01.03.01	Clientes	1.370.910	1.405.990
1.01.04	Estoques	19.414	19.273
1.01.06	Tributos a Recuperar	546.897	83.910
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	546.897	83.910
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	4.840	3.367
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	108.375	80.543
1.01.06.01.03	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	433.682	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	20.857	21.130
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	461.240	874.073
1.01.08.03	Outros	461.240	874.073
1.01.08.03.01	Outros Créditos	242.769	199.266
1.01.08.03.02	Derivativos	153.172	486.476
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro Setorial	65.299	188.331
1.02	Ativo Não Circulante	11.453.650	8.489.733
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.419.691	5.412.719
1.02.01.04	Contas a Receber	101.523	108.877
1.02.01.04.01	Clientes	101.523	108.877
1.02.01.07	Tributos Diferidos	173.712	167.303
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	173.712	167.303
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.144.456	5.136.539
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	116.079	123.808
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	100.213	91.657
1.02.01.10.05	Ativo financeiro Setorial	113.739	0
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	5.102.670	4.513.915
1.02.01.10.07	Outros Créditos	4.811	5.949
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	2.565	2.565
1.02.01.10.09	Derivativos	201.019	398.645
1.02.01.10.10	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	2.503.360	0
1.02.04	Intangível	3.033.959	3.077.014
1.02.04.01	Intangíveis	3.033.959	3.077.014
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.409.872	2.458.397
1.02.04.01.03	Ativo contratual	624.087	618.617

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	14.124.288	12.044.415
2.01	Passivo Circulante	2.490.223	3.747.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.131	30.919
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.131	30.919
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	36.701	30.884
2.01.01.02.02	Entidade de previdência privada	430	35
2.01.02	Fornecedores	1.004.301	1.052.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.004.301	1.052.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	197.622	171.031
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	127.607	77.671
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	80.128	3.045
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	6.254	11.001
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	29.101	50.889
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	12.124	12.736
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	70.015	93.360
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	70.015	93.360
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	846.128	1.933.667
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	706.083	1.803.769
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	105.112	100.602
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	600.971	1.703.167
2.01.04.02	Debêntures	140.045	129.898
2.01.05	Outras Obrigações	405.041	559.522
2.01.05.02	Outros	405.041	559.522
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	163.307
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	48.861	23.658
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	356.180	372.557
2.02	Passivo Não Circulante	7.686.610	4.756.118
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.892.255	3.739.695
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.133.793	2.471.467
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.076.541	1.076.796
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.057.252	1.394.671
2.02.01.02	Debêntures	1.758.462	1.268.228
2.02.02	Outras Obrigações	3.556.102	784.606
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	303.175	300.019
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	303.175	300.019
2.02.02.02	Outros	3.252.927	484.587
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	182.597	176.409
2.02.02.02.04	Passivo Financeiro Setorial	0	8.654
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições	3.153	3.148
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	136.285	106.798
2.02.02.02.08	Fornecedor	213.588	189.578
2.02.02.02.09	Derivativos	9.062	0
2.02.02.02.10	PIS/COFINS devolução consumidores	2.708.242	0
2.02.04	Provisões	238.253	231.817
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	219.682	213.455

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.538	18.390
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	78.859	81.489
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	122.285	113.576
2.02.04.02	Outras Provisões	18.571	18.362
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	18.202	17.993
2.02.04.02.05	Outros	369	369
2.03	Patrimônio Líquido	3.947.455	3.540.629
2.03.01	Capital Social Realizado	2.831.534	2.820.677
2.03.02	Reservas de Capital	173.962	184.819
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	173.962	184.819
2.03.04	Reservas de Lucros	675.872	675.872
2.03.04.01	Reserva Legal	185.950	185.950
2.03.04.10	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	489.922	489.922
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	420.267	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-154.180	-140.739

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.358.902	4.660.015	1.684.001	3.756.971
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.836.470	-3.602.400	-1.423.047	-2.989.386
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.356.485	-2.695.112	-1.004.795	-2.183.917
3.02.02	Custo de Operação - Amortização	-79.353	-156.851	-73.573	-146.275
3.02.03	Custo de Operação - Outros	-106.338	-204.232	-101.250	-196.199
3.02.04	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-294.294	-546.205	-243.429	-462.995
3.03	Resultado Bruto	522.432	1.057.615	260.954	767.585
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-183.964	-351.848	-165.051	-330.147
3.04.01	Despesas com Vendas	-77.063	-136.492	-72.899	-136.615
3.04.01.01	Amortização	-1.394	-2.779	-1.062	-2.305
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-36.011	-55.977	-30.979	-54.150
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-39.658	-77.736	-40.858	-80.160
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-69.399	-134.327	-62.542	-126.849
3.04.02.01	Amortização	-9.559	-16.602	-9.270	-17.060
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-59.840	-117.725	-53.272	-109.789
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.502	-81.029	-29.610	-66.683
3.04.05.01	Amortização do intangível da concessão	-13.025	-26.050	-13.025	-26.050
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-24.477	-54.979	-16.585	-40.633
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	338.468	705.767	95.903	437.438
3.06	Resultado Financeiro	-1.702	-60.341	-16.483	45.942
3.06.01	Receitas Financeiras	100.100	149.549	30.212	159.607
3.06.02	Despesas Financeiras	-101.802	-209.890	-46.695	-113.665
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	336.766	645.426	79.420	483.380
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-114.802	-225.159	-29.792	-172.894
3.08.01	Corrente	-225.527	-225.527	0	0
3.08.02	Diferido	110.725	368	-29.792	-172.894
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	221.964	420.267	49.628	310.486
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	221.964	420.267	49.628	310.486

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	197,23000	373,43000	44,10000	275,88000
3.99.01.01	ON				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	221.964	420.267	49.628	310.486
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.574	-13.442	-6.078	40.992
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-843	-1.716	-1.936	12.163
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-5.731	-11.726	-4.142	28.829
4.03	Resultado Abrangente do Período	215.390	406.825	43.550	351.478

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	259.428	824.947
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	891.335	769.006
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	645.425	483.380
6.01.01.02	Amortização	202.282	191.690
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	55.977	54.150
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhista e regulatórios	26.350	16.326
6.01.01.07	Encargos de dividas e atualização monetárias e cambiais	-99.164	-23.518
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	6.448	7.287
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	54.017	39.691
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-396.797	164.569
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-13.393	104.214
6.01.02.02	Tributos a compensar	-36.238	-14.382
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	8.644	-441
6.01.02.05	Ativo Fianciero Setorial	17.902	254.077
6.01.02.06	Contas a Receber CDE	-1.155	-22.750
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	-93.884	-78.549
6.01.02.09	Fornecedores	-24.219	-85.295
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-1.582	-6.863
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	-14.470	-15.218
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	-51.492	117.247
6.01.02.14	Txas Regulamentares	25.204	-58.257
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-37.755	-32.417
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	-18.017	-57.540
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	-156.342	60.743
6.01.03	Outros	-235.110	-108.628
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição pagos	-149.975	-27.931
6.01.03.02	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-85.135	-80.697
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	195.096	-1.195.457
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	760.449	-749.684
6.02.03	Adições do intangível	0	-375
6.02.04	Adições de ativo contratual	-565.353	-445.398
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-599.514	1.342.159
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-1.572.366	-132.440
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	659.439	1.448.326
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	476.720	26.273
6.03.04	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-163.307	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-144.990	971.649
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	392.601	74.323
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	247.611	1.045.972

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.820.677	184.819	675.872	0	-140.738	3.540.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.820.677	184.819	675.872	0	-140.738	3.540.630
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.857	-10.857	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	10.857	-10.857	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	420.267	-13.442	406.825
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	420.267	0	420.267
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-13.442	-13.442
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-11.726	-11.726
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	-1.716	-1.716
5.07	Saldos Finais	2.831.534	173.962	675.872	420.267	-154.180	3.947.455

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.857	-10.857	-424.296	0	0	-424.296
5.04.01	Aumentos de Capital	10.857	-10.857	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-424.296	0	0	-424.296
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	310.486	40.993	351.479
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	310.486	0	310.486
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.993	40.993
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	12.164	12.164
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	28.829	28.829
5.07	Saldos Finais	2.820.677	184.819	660.294	310.486	-98.473	3.877.803

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
7.01	Receitas	7.259.744	6.070.117
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.769.886	5.661.632
7.01.02	Outras Receitas	545.835	462.635
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	545.835	462.635
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-55.977	-54.150
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.805.546	-3.129.797
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.985.583	-2.417.353
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-677.377	-596.557
7.02.04	Outros	-142.586	-115.887
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.454.198	2.940.320
7.04	Retenções	-203.159	-192.526
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-177.109	-166.476
7.04.02	Outras	-26.050	-26.050
7.04.02.01	Amortização do Intangível de concessão	-26.050	-26.050
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.251.039	2.747.794
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	155.782	164.171
7.06.02	Receitas Financeiras	155.782	164.171
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.406.821	2.911.965
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.406.821	2.911.965
7.08.01	Pessoal	166.252	160.126
7.08.01.01	Remuneração Direta	94.965	90.671
7.08.01.02	Benefícios	64.969	63.369
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.318	6.086
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.586.539	2.305.869
7.08.02.01	Federais	1.108.491	948.127
7.08.02.02	Estaduais	1.477.354	1.357.150
7.08.02.03	Municipais	694	592
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	233.763	135.484
7.08.03.01	Juros	214.985	118.967
7.08.03.02	Aluguéis	18.778	16.517
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	420.267	310.486
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	420.267	310.486

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2021	2020	%	2021	2020	%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.618.109</b>	<b>2.784.821</b>	<b>29,9%</b>	<b>7.315.721</b>	<b>6.124.267</b>	<b>19,5%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.369.099	2.004.264	18,2%	5.019.607	4.689.654	7,0%
Suprimento de energia elétrica (*)	151.829	148.085	2,5%	276.396	288.773	-4,3%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	294.128	243.239	20,9%	545.835	462.635	18,0%
Outras receitas operacionais (*)	621.278	397.408	56,3%	1.248.515	922.064	35,4%
Ativo e passivo financeiro setorial	181.776	(8.175)	-2323,6%	225.368	(238.859)	-194,4%
Deduções da receita operacional	(1.259.208)	(1.100.820)	14,4%	(2.655.706)	(2.367.296)	12,2%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.358.902</b>	<b>1.684.001</b>	<b>40,1%</b>	<b>4.660.015</b>	<b>3.756.971</b>	<b>24,0%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(1.356.485)</b>	<b>(1.004.795)</b>	<b>35,0%</b>	<b>(2.695.112)</b>	<b>(2.183.917)</b>	<b>23,4%</b>
Energia comprada para revenda	(1.033.996)	(862.044)	19,9%	(2.008.641)	(1.847.267)	8,7%
Encargo de uso do sist transm distrib	(322.488)	(142.751)	125,9%	(686.471)	(336.651)	103,9%
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(663.949)</b>	<b>(583.304)</b>	<b>13,8%</b>	<b>(1.259.136)</b>	<b>(1.135.615)</b>	<b>10,9%</b>
Pessoal	(82.918)	(81.191)	2,1%	(163.556)	(158.569)	3,1%
Entidade de previdência privada	(3.224)	(3.648)	-11,6%	(6.448)	(7.287)	-11,5%
Material	(20.191)	(16.253)	24,2%	(38.659)	(33.853)	14,2%
Serviço de terceiros	(63.907)	(65.975)	-3,1%	(126.719)	(128.134)	-1,1%
Amortização	(103.331)	(96.930)	6,6%	(176.232)	(165.640)	6,4%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(294.128)	(243.239)	20,9%	(545.835)	(462.635)	18,0%
Outros	(96.250)	(76.068)	26,5%	(175.637)	(153.448)	14,5%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>338.468</b>	<b>95.902</b>	<b>252,9%</b>	<b>705.766</b>	<b>437.438</b>	<b>61,3%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.702)</b>	<b>(16.483)</b>	<b>-89,7%</b>	<b>(60.341)</b>	<b>45.942</b>	<b>-231,3%</b>
Receitas financeiras	100.100	30.212	231,3%	149.549	159.607	-6,3%
Despesas financeiras	(101.802)	(46.695)	118,0%	(209.890)	(113.665)	84,7%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>336.766</b>	<b>79.420</b>	<b>324,0%</b>	<b>645.425</b>	<b>483.380</b>	<b>33,5%</b>
Contribuição social	(31.436)	(7.854)	300,3%	(60.630)	(45.743)	32,5%
Imposto de renda	(83.366)	(21.938)	280,0%	(164.529)	(127.152)	29,4%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>221.964</b>	<b>49.628</b>	<b>347,3%</b>	<b>420.267</b>	<b>310.486</b>	<b>35,4%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>441.799</b>	<b>192.832</b>	<b>129,1%</b>	<b>908.048</b>	<b>629.128</b>	<b>44,3%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

#### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 3.618.109 apresentando aumento de 29,9% (R\$ 833.288) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.323.981, apresentando aumento de 30,8% (R\$ 782.399) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 18,2% (R\$ 364.835), explicado pelo: (i) aumento de 11,8% no preço médio no período (R\$ 237.014), devido ao reajuste médio das tarifas da companhia em Junho de 2021 de 9,95% (percepção dos consumidores) e aplicação da bandeira tarifária (amarela/vermelha patamar 1 e 2 no 2º trimestre de 2021 comparada com verde no 2º trimestre de 2020);(ii) aumento de 5,7% (R\$ 127.821) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 2,5% (R\$ 3.744) explicada principalmente por: (i) pelo aumento de energia elétrica comercializada no curto prazo (operações realizadas na CCEE) em (R\$ 28.275), em função do aumento na tarifa média em função do aumento do preço de liquidação de diferenças ("PLD"); compensado pela: (ii) redução em concessionárias e permissionárias em (R\$ 24.531).
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 56,3% (R\$ 223.870), basicamente pelos aumentos em: (i) atualização do ativo financeiro da concessão em (R\$ 124.190), decorrente da variação do indexador (IPCA); (ii) receita de disponibilidade da rede elétrica (TUSD) (R\$ 92.778); (iii) arrendamentos e alugueis (R\$ 3.008) associado a redução (iv) compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 4.571); e

## Comentário do Desempenho

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de (R\$ 189.951) basicamente pelo aumento do saldo de ativos com destaque em: (i) constituição em custo de energia, ESS, rede básica, e outros itens tarifários (R\$ 121.820); (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 66.394) e (iii) efeitos do RTA (Reajuste Tarifário Anual) (R\$ 1.737).

### Quantidade de Energia Vendida

No 2º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de 1,8% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Este resultado negativo se deve principalmente a reduções em contratos de compra e venda de energia referentes ao suprimento de permissionárias.

O consumo da classe residencial representa 43,5% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de 1,8% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o efeito do incremento da quantidade de unidades consumidoras.

A classe comercial, que representa 14,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 6,5% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o período de intensa restrição no 2º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

A classe industrial, que representa 11,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 14,4% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a classe comercial, esse crescimento da classe industrial também reflete principalmente o período de intensa restrição no 2º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 31,1% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 13,4% no 2º trimestre de 2021 devido principalmente a resultados negativos nas classes iluminação pública (queda de 2,4%), serviço público (queda de 33,3% causada fundamentalmente pela movimentação de clientes para o mercado livre) e permissionárias (queda de 29,1% causada principalmente por reduções em contratos de compra e venda de energia).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 7,9% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de 1,8% no residencial, 10,4% no comercial, 28,2% no industrial e redução de 9,1% nas demais classes de consumo.

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2021 foram de R\$ 1.259.208, apresentando um aumento de 14,4% (R\$ 158.388) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelos aumentos em: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 134.979), em função do aumento da base de cálculo; (ii) bandeiras tarifárias (R\$ 14.082); (iii) programas de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 4.953); (iv) CDE (R\$ 2.176), principalmente pelo aumento da cota CDE em 2021; (v) PROINFA (R\$ 1.800) e (vi) outros (R\$ 444).

### Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 1.356.485, aumento de 35,0% (R\$ 351.690) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Este aumento deve-se basicamente a:

**Energia comprada para revenda:** aumento de 19,9% (R\$ 171.952) em função: (i) pelo aumento no preço médio de compra em 19,8% (R\$ 186.960), justificado principalmente pelo aumento na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo decorrente do aumento

## Comentário do Desempenho

do PLD no 2º trimestre de 2021, associado a redução (ii) ressarcimento geradoras (R\$ 32.082); compensado: (iii) pela redução de 2,5% (R\$ 28.782) no volume de energia comprada; associada aos aumentos (iv) créditos de PIS e COFINS (R\$ 18.308).

**Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 125,9% (R\$ 179.737), impactado principalmente pelo aumento em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 124.930), decorrente principalmente de um maior acionamento de UTEs fora de ordem de mérito por motivo de “segurança energética”; (ii) encargos de rede básica (R\$ 69.827), em função do reajuste tarifário das Transmissoras e novos pontos de instalações de transmissões; (iii) encargos de conexão (R\$ 8.272); (iv) encargos de transporte Itaipu (R\$ 4.336); compensado parcialmente por: (v) créditos de PIS/COFINS (R\$ 18.320) e (vi) encargo de energia de reserva (R\$ 9.947)

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 663.949 no 2º trimestre de 2021, apresentando um aumento 13,8% (R\$ 80.645) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 369.821, apresentado um aumento de 8,7% (R\$ 29.755), justificado basicamente pelos seguintes itens:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que no 2º trimestre de 2021 foram de R\$ 266.490, um aumento de 9,6% (R\$ 23.356) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, verificado principalmente nos seguintes itens:

- **Pessoal:** aumento de 2,1% (R\$ 1.728), principalmente pelo acordo coletivo (R\$ 3.648); compensado: (iii) ordens em curso (R\$ 1.265) e (iv) PLR (R\$ 658);
- **Entidade de previdência privada:** redução de 11,6% (R\$ 424), basicamente pelos registros dos impactos do laudo atuarial;
- **Material:** aumento de 24,2% (R\$ 3.938), basicamente pelo aumento em: (i) reposição-manutenção de linhas e redes (R\$ 2.151); (ii) manutenção da frota (R\$ 2.030); compensado: (iii) manutenção e conservação de edificações (R\$ 393);
- **Serviço de terceiros:** redução de 3,1% (R\$ 2.068), basicamente pela redução em: (i) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.894); (ii) poda de árvores (R\$ 1.072); compensado pelo aumento em: (iii) recuperação de inadimplência e cobrança (R\$ 914);
- **Outros:** aumento de 26,5% (R\$ 20.182), basicamente pelos incrementos em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 10.290); (ii) perda com baixa na desativação de ativos (R\$ 5.135) e (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 5.032).

- **Amortização**

A amortização do 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 103.331, aumento de 6,6% (R\$ 6.401) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, basicamente pelo acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR), ocorridas no período.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro no 2º trimestre de 2021 apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 1.702, redução de 89,7% (R\$ 14.781) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que é explicada basicamente:

## Comentário do Desempenho

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 231,3% (R\$ 69.888), principalmente pelo aumento em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 56.463); (ii) atualização de créditos fiscais (R\$ 11.075); (iii) outros (R\$ 4.210), sendo: taxas de financiamento de parcelamento de débitos (R\$ 3.669); (iv) atualização do ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 3.811); compensados parcialmente pela redução em: (v) rendas de aplicações financeiras (R\$ 5.429) e (vi) atualização de depósitos judiciais (R\$ 204).
- ii. **Despesas financeiras:** aumento de 118,0% (R\$ 55.107), principalmente pelos aumentos em: (i) encargos de dívida, atualização monetária e cambial da dívida, ajuste a valor justo e derivativos (R\$ 24.935); (ii) variações monetárias (R\$ 15.031); (iii) outras despesas (14.678), sendo: atualização devolução ao consumidor créditos Pis e Cofins s/exclusão ICMS (R\$ 11.243) e variações monetárias ref. Despacho 288 (R\$ 2.637).

### Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 114.802, apresentando um aumento de 285,3% (R\$ 85.010) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

### Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 2º trimestre de 2021 um lucro líquido de R\$ 221.964, um aumento de 347,3% (R\$ 172.336), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 441.799, apresentando um aumento de 129,1% (R\$ 248.967) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	247.611	392.601
Títulos e valores mobiliários	6	3.709	757.705
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.370.910	1.405.990
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	4.840	3.367
Outros tributos a compensar	8	108.374	80.543
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	433.682	-
Derivativos	31	153.172	486.476
Ativo financeiro setorial	9	65.299	188.331
Estoques		19.414	19.273
Outros ativos	12	263.626	220.396
<b>Total do circulante</b>		<b>2.670.637</b>	<b>3.554.682</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	101.523	108.877
Depósitos judiciais	21	116.079	123.808
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.565	2.565
Outros tributos a compensar	8	100.213	91.657
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	2.503.360	-
Ativo financeiro setorial	9	113.739	-
Derivativos	31	201.019	398.645
Créditos fiscais diferidos	10	173.712	167.303
Ativo financeiro da concessão	11	5.102.670	4.513.915
Outros ativos	12	4.811	5.947
Ativo contratual	13	624.087	618.617
Intangível	14	2.409.872	2.458.397
<b>Total do não circulante</b>		<b>11.453.650</b>	<b>8.489.733</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.124.288</b>	<b>12.044.415</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	1.004.301	1.052.529
Empréstimos e financiamentos	16	706.083	1.803.770
Debêntures	17	140.045	129.898
Entidade de previdência privada	18	430	35
Taxas regulamentares	19	48.862	23.658
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	80.128	3.045
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	117.492	167.986
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	-	163.307
Obrigações estimadas com pessoal		36.701	30.884
Outras contas a pagar	22	356.180	372.556
<b>Total do circulante</b>		<b>2.490.221</b>	<b>3.747.668</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	15	213.588	189.578
Empréstimos e financiamentos	16	2.133.793	2.471.467
Debêntures	17	1.758.462	1.268.228
Entidade de previdência privada	18	182.597	176.409
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	3.153	3.148
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	238.254	231.817
Mútuos com controladora	29	303.175	300.019
Derivativos	31	9.062	-
Passivo financeiro setorial	9	-	8.654
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	2.708.242	-
Outras contas a pagar	22	136.285	106.797
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.686.612</b>	<b>4.756.118</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>23</b>		
Capital social		2.831.534	2.820.677
Reserva de capital		173.962	184.819
Reserva legal		185.950	185.950
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		489.922	489.922
Resultado abrangente acumulado		(154.180)	(140.739)
Lucros acumulados		420.267	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.947.454</b>	<b>3.540.630</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>14.124.288</b>	<b>12.044.415</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021		2020	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>2.358.902</b>	<b>4.660.015</b>	<b>1.684.001</b>	<b>3.756.971</b>
<b>Custo do serviço</b>					
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>26</b>	<b>(1.356.485)</b>	<b>(2.695.112)</b>	<b>(1.004.795)</b>	<b>(2.183.917)</b>
<b>Custo com operação</b>		<b>(185.691)</b>	<b>(361.083)</b>	<b>(174.823)</b>	<b>(342.474)</b>
Amortização		(79.353)	(156.851)	(73.573)	(146.275)
Outros custos com operação	<b>27</b>	(106.337)	(204.232)	(101.250)	(196.199)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>27</b>	<b>(294.294)</b>	<b>(546.205)</b>	<b>(243.429)</b>	<b>(462.995)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>522.432</b>	<b>1.057.615</b>	<b>260.954</b>	<b>767.585</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(77.063)</b>	<b>(136.492)</b>	<b>(72.899)</b>	<b>(136.615)</b>
Amortização		(1.394)	(2.779)	(1.062)	(2.305)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(36.011)	(55.977)	(30.979)	(54.150)
Outras despesas com vendas	<b>27</b>	(39.659)	(77.736)	(40.858)	(80.160)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(69.399)</b>	<b>(134.327)</b>	<b>(62.542)</b>	<b>(126.849)</b>
Amortização		(9.559)	(16.602)	(9.270)	(17.060)
Outras despesas gerais e administrativas	<b>27</b>	(59.839)	(117.726)	(53.272)	(109.789)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(37.502)</b>	<b>(81.029)</b>	<b>(29.610)</b>	<b>(66.682)</b>
Amortização do intangível da concessão		(13.025)	(26.050)	(13.025)	(26.050)
Outras despesas operacionais	<b>27</b>	(24.477)	(54.979)	(16.585)	(40.632)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>338.468</b>	<b>705.766</b>	<b>95.902</b>	<b>437.438</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>				
Receitas financeiras		100.100	149.549	30.212	159.607
Despesas financeiras		(101.802)	(209.890)	(46.695)	(113.665)
		<b>(1.702)</b>	<b>(60.341)</b>	<b>(16.483)</b>	<b>45.942</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>336.766</b>	<b>645.425</b>	<b>79.420</b>	<b>483.380</b>
Contribuição social	10	(31.436)	(60.630)	(7.854)	(45.743)
Imposto de renda	10	(83.366)	(164.529)	(21.938)	(127.152)
		<b>(114.802)</b>	<b>(225.159)</b>	<b>(29.792)</b>	<b>(172.894)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>221.964</b>	<b>420.267</b>	<b>49.628</b>	<b>310.486</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	197,23	373,43	44,10	275,88

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período	221.964	420.267	49.628	310.486
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(843)	(1.716)	(1.936)	12.163
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(5.731)	(11.726)	(4.142)	28.829
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>215.390</b>	<b>406.825</b>	<b>43.550</b>	<b>351.478</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Notas Explicativas

## RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Resultado abrangente acumulado	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.820.677</b>	<b>184.819</b>	<b>185.950</b>	<b>489.922</b>	<b>(140.739)</b>	<b>3.540.630</b>
<b>Resultado abrangente total</b>						
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	420.267
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	(1.716)	(1.716)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(11.726)	(11.726)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>						
Aumento de Capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>2.831.534</b>	<b>173.962</b>	<b>185.950</b>	<b>489.922</b>	<b>(154.180)</b>	<b>3.947.454</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros							Total		
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído	Dividendo		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.809.820</b>	<b>195.676</b>	<b>151.569</b>	<b>46.890</b>	<b>450.356</b>	<b>11.479</b>	<b>424.296</b>	<b>139.466</b>	<b>-</b>	<b>3.950.620</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	310.486
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	12.163	-	12.163
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	28.829	-	28.829
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Aumento de capital social	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo intermediário - AGE de 06/04/2020 (nota 23)	-	-	-	-	-	-	(424.296)	-	-	(424.296)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>2.820.677</b>	<b>184.819</b>	<b>151.569</b>	<b>46.890</b>	<b>450.356</b>	<b>11.479</b>	<b>-</b>	<b>(98.473)</b>	<b>310.486</b>	<b>3.877.803</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>645.425</b>	<b>483.380</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	202.282	191.690
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	26.350	16.326
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.977	54.150
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(99.164)	(23.518)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	6.448	7.287
Perda (ganho) na baixa de não circulante	54.017	39.691
	<u>891.335</u>	<u>769.006</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(13.393)	104.214
Tributos a compensar	(36.238)	(14.382)
Depósitos judiciais	8.644	(441)
Ativo financeiro setorial	17.902	254.077
Contas a receber - CDE	(1.155)	(22.750)
Outros ativos operacionais	(93.884)	(78.549)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(24.219)	(85.295)
Outros tributos e contribuições sociais	(51.492)	117.247
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(1.582)	(6.863)
Taxas regulamentares	25.204	(58.257)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(37.755)	(32.417)
Passivo financeiro setorial	(14.470)	(15.218)
Contas a pagar - CDE	(18.017)	(57.540)
Outros passivos operacionais	(156.342)	60.743
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<u>494.538</u>	<u>933.575</u>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(85.136)	(80.697)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(149.976)	(27.931)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<u>259.426</u>	<u>824.947</u>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(750.147)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	760.449	463
Adições de ativo contratual	(565.353)	(445.398)
Adições de Intangível	-	(375)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<u>195.096</u>	<u>(1.195.457)</u>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	659.439	1.448.326
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.572.366)	(132.440)
Liquidação de operações com derivativos	476.720	26.273
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(163.307)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<u>(599.514)</u>	<u>1.342.159</u>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(144.991)</u>	<u>971.649</u>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>392.601</u>	<u>74.323</u>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>247.611</u>	<u>1.045.972</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<b>1º Semestre 2021</b>	<b>1º Semestre 2020</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>7.259.744</b>	<b>6.070.117</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	6.769.886	5.661.632
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	545.835	462.635
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(55.977)	(54.150)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(3.805.547)</b>	<b>(3.129.797)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(2.985.583)	(2.417.353)
2.2 Material	(312.844)	(262.861)
2.3 Serviços de terceiros	(364.533)	(333.696)
2.4 Outros	(142.586)	(115.888)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>3.454.197</b>	<b>2.940.320</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(203.160)</b>	<b>(192.526)</b>
4.1 Amortização	(177.109)	(166.476)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(26.050)	(26.050)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>3.251.038</b>	<b>2.747.794</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>155.784</b>	<b>164.171</b>
6.1 Receitas financeiras	155.784	164.171
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>3.406.821</b>	<b>2.911.965</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>166.252</b>	<b>160.126</b>
8.1.1 Remuneração direta	94.965	90.671
8.1.2 Benefícios	64.969	63.369
8.1.3 F.G.T.S	6.318	6.086
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.586.540</b>	<b>2.305.869</b>
8.2.1 Federais	1.108.491	948.127
8.2.2 Estaduais	1.477.354	1.357.150
8.2.3 Municipais	694	592
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>233.763</b>	<b>135.484</b>
8.3.1 Juros	214.985	118.967
8.3.2 Aluguéis	18.778	16.518
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>420.267</b>	<b>310.486</b>
8.4.1 Lucros retidos	420.267	310.486
	<b>3.406.821</b>	<b>2.911.965</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,0 milhões de consumidores.

#### **1.1 Impactos do COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID-19 possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde, incluindo pesquisa e desenvolvimento, e aplicação de vacinas.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;

## Notas Explicativas

- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia concluiu que não houveram efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade

## Notas Explicativas

econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

### Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID-19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

## ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

## Notas Explicativas

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 09 de agosto de 2021.

### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 8.1 – Tributos a compensar (Critérios e premissas sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis, base negativa, prejuízo fiscal e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);

## Notas Explicativas

- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

### 2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

### - Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados

## Notas Explicativas

através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	34.052	73.273
Aplicações financeiras	213.559	319.328
Títulos de crédito privado (a)	138.507	82.086
Operações compromissadas (b)	75.052	237.242
<b>Total</b>	<b><u>247.611</u></b>	<b><u>392.601</u></b>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 138.507 (R\$ 82.086 em 31 de dezembro de 2020) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 102,31% do CDI (98,61% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 83,22% do CDI (79,46% do CDI em 31 de dezembro de 2020), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

### ( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação direta	3.709	757.705
<b>Total</b>	<b><u>3.709</u></b>	<b><u>757.705</u></b>

Representa valores aplicados em debêntures (RIGE28) no montante de R\$ 3.193, cuja remuneração é equivalente na média de 109,75% do CDI e R\$ 516 referente a título de capitalização do Banrisul cuja remuneração é equivalente na média de 70% da Selic. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$ 757.705 era representado por Títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro (“LFT”) 100% da SELIC.

## Notas Explicativas

### ( 7 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2021	31/12/2020
Classes de consumidores					
Residencial	323.744	172.735	25.198	521.678	537.550
Industrial	24.056	13.324	18.233	55.614	51.909
Comercial	72.911	27.487	18.132	118.530	125.739
Rural	53.670	16.048	10.248	79.966	79.825
Poder público	17.980	2.138	8.323	28.441	26.495
Iluminação pública	24.996	197	1.004	26.198	22.023
Serviço público	16.025	332	2	16.359	15.149
<b>Faturado</b>	<b>533.383</b>	<b>232.262</b>	<b>81.139</b>	<b>846.784</b>	<b>858.690</b>
Não faturado	449.927	-	-	449.927	495.286
Parcelamento de débito de consumidores	67.925	18.272	16.846	103.043	101.986
Operações realizadas na CCEE	52.795	-	-	52.795	-
Concessionárias e permissionárias	21.177	-	-	21.177	29.800
Outros	1.336	-	-	1.336	2.125
	<b>1.126.543</b>	<b>250.534</b>	<b>97.985</b>	<b>1.475.063</b>	<b>1.487.887</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(104.153)	(81.897)
<b>Total</b>				<b>1.370.910</b>	<b>1.405.990</b>
<b>Não circulante</b>					
Precatórios	54.413	-	-	54.413	55.338
Parcelamento de débito de consumidores	47.110	-	-	47.110	53.539
<b>Total</b>	<b>101.523</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101.523</b>	<b>108.877</b>

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(81.897)</b>	<b>(16.908)</b>	<b>(98.805)</b>
Provisão revertida (constituída) liquida	(82.319)	(149)	(82.468)
Recuperação de receita	26.491	-	26.491
Baixa de contas a receber provisionadas	33.572	-	33.572
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>(104.153)</b>	<b>(17.057)</b>	<b>(121.210)</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**Notas Explicativas****( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.840	3.367
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>4.840</b>	<b>3.367</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	37.787	14.546
ICMS a compensar	69.193	64.368
Programa de integração social - PIS	238	280
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.100	1.293
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>108.374</b>	<b>80.543</b>
<b>Total circulante</b>	<b>113.214</b>	<b>83.911</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>2.565</b>	<b>2.565</b>
ICMS a compensar	94.968	86.436
Programa de integração social - PIS	816	812
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.757	3.738
Outros	671	671
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>100.213</b>	<b>91.657</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>102.778</b>	<b>94.222</b>

## 8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

<b><u>Ativo</u></b>	<b><u>30/06/2021</u></b>
<b><u>Circulante</u></b>	
PIS sobre ICMS	76.586
COFINS sobre ICMS	357.096
<b>Total circulante</b>	<b>433.682</b>
<b><u>Não circulante</u></b>	
PIS sobre ICMS	447.319
COFINS sobre ICMS	2.056.041
<b>Total não circulante</b>	<b>2.503.360</b>
<b><u>Passivo</u></b>	<b><u>30/06/2021</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>	
PIS/COFINS devolução consumidores	2.708.242

## Notas Explicativas

Em fevereiro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002). Como resultado a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 2.197.769. Em junho de 2021 no reajuste tarifário foi considerada a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário de R\$ 228.800 (nota 9).

Tendo em vista (i) a recente decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo", embora a ação da Companhia ainda não tenha decisão final transitado em julgado foram reconhecidos os créditos de PIS e COFINS sobre o tema.

Assim, em junho de 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 739.273, relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018).

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende há necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial como créditos fiscais de PIS e COFINS está limitada ao prazo prescricional de 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento da ANEEL.

### ( 9 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Resultado financeiro (nota 28)			Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS	Saldo em 30/06/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Diferido	Homologado	Total
<b>Parcela "A"</b>	<b>288.048</b>	<b>25.605</b>	<b>313.654</b>	<b>267.335</b>	<b>(28.422)</b>	<b>4.882</b>	-	<b>283.587</b>	<b>273.862</b>	<b>557.449</b>
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(7.822)	35.024	27.202	38.299	(36.130)	486	-	(1.754)	31.611	29.858
Custos energia elétrica	(51.031)	(155.087)	(206.119)	(57.463)	153.952	(366)	-	60.823	(170.819)	(109.995)
ESS e EER (***)	67.438	(103.034)	(35.596)	49.428	89.980	934	-	24.611	80.137	104.747
Proinfa	(3.154)	(6.877)	(10.031)	17.044	6.212	156	-	-	13.382	13.382
Rede básica	84.155	36.397	120.551	48.979	(38.077)	537	-	55.241	76.750	131.991
Repasse de Itaipu	221.545	195.847	417.392	154.632	(181.313)	3.257	-	165.931	228.036	393.967
Transporte de Itaipu	15.527	7.040	22.567	2.532	(6.689)	96	-	5.843	12.663	18.506
Neutralidade dos encargos setoriais	(18.772)	2.886	(15.885)	(7.519)	(2.393)	(653)	-	(9.766)	(16.684)	(26.450)
Sobrecontratação	(19.838)	13.410	(6.428)	21.404	(13.965)	433	-	(17.344)	18.787	1.444
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(135.783)</b>	<b>1.806</b>	<b>(133.977)</b>	<b>(18.577)</b>	<b>5.032</b>	<b>(2.089)</b>	<b>(228.800)</b>	<b>(159.920)</b>	<b>(218.490)</b>	<b>(378.411)</b>
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	6.958	-	(228.800)	-	(221.842)	(221.842)
Outros	(135.783)	1.806	(133.977)	(18.577)	(1.926)	(2.089)	-	(159.920)	3.352	(156.569)
<b>Total</b>	<b>152.266</b>	<b>27.411</b>	<b>179.677</b>	<b>248.759</b>	<b>(23.391)</b>	<b>2.793</b>	<b>(228.800)</b>	<b>123.666</b>	<b>55.372</b>	<b>179.038</b>
<b>Ativo circulante</b>			188.331							65.299
<b>Ativo não circulante</b>			-							113.739
<b>Passivo não circulante</b>			(8.654)							-

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Em 15 de junho de 2021, no RTA da Companhia foi considerado o reconhecimento do passivo regulatório, decorrente da antecipação de créditos de PIS/COFINS, relativo a exclusão do ICMS da base de cálculo

## Notas Explicativas

do PIS/COFINS, no valor de R\$ 228.800, que será atualizado pela SELIC. Este valor estava registrado em outras contas a pagar e foi transferido para o grupo dos ativos e passivos financeiros setoriais.

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 10 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 10.1- Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Bases negativas	66.690	92.836
Benefício fiscal do intangível incorporado	40.571	41.629
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(66.800)</u>	<u>(95.979)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>40.461</b>	<b>38.486</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Prejuízos fiscais	187.038	259.286
Benefício fiscal do intangível incorporado	131.767	136.137
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(185.555)</u>	<u>(266.607)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>133.251</b>	<b>128.817</b>
<b>Total</b>	<b><u>173.712</u></b>	<b><u>167.303</u></b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

#### 10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2021 e 2020 a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

## Notas Explicativas

### 10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/06/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.773	60.479	21.195	58.874
Entidade de previdência privada	(389)	(1.080)	(791)	(2.198)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.376	31.600	9.364	26.011
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	3.418	9.495	4.897	13.604
Provisão relacionada a pessoal	941	2.615	1.465	4.071
Marcação a Mercado- Derivativos	(4.694)	(13.038)	(6.318)	(17.550)
Marcação a Mercado- Dívidas	(1.461)	(4.057)	3.074	8.538
Derivativos	(27.258)	(75.717)	(74.327)	(206.465)
Registro da concessão - ajuste do intangível	1.987	5.519	2.144	5.954
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(89.556)	(248.768)	(70.726)	(196.460)
Perdas atuariais	644	1.790	644	1.790
Outros	1.921	5.338	503	1.396
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	15.310	42.527	15.310	42.527
Marcação a Mercado- Derivativos	327	907	421	1.169
Marcação a Mercado- Dívidas	(1.452)	(4.035)	(3.146)	(8.739)
<b>Total</b>	<b>(66.800)</b>	<b>(185.555)</b>	<b>(95.979)</b>	<b>(266.607)</b>

### 10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

	CSLL			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>336.766</b>	<b>645.425</b>	<b>79.420</b>	<b>483.380</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.552)	(1.552)	(1.173)	(1.173)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	13.673	28.810	7.612	23.027
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	404	980	1.406	3.016
<b>Base de cálculo</b>	<b>349.291</b>	<b>673.663</b>	<b>87.265</b>	<b>508.250</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
<b>Total</b>	<b>(31.436)</b>	<b>(60.630)</b>	<b>(7.854)</b>	<b>(45.743)</b>
Corrente	(61.006)	(61.006)	-	-
Diferido	29.570	376	(7.854)	(45.743)
	IRPJ			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>336.766</b>	<b>645.425</b>	<b>79.420</b>	<b>483.380</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Amortização de intangível adquirido	11	22	11	22
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.552)	(1.552)	(1.173)	(1.173)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	13.673	28.810	7.612	23.027
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(15.435)	(14.588)	1.884	3.351
<b>Base de cálculo</b>	<b>333.462</b>	<b>658.116</b>	<b>87.754</b>	<b>508.607</b>
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
<b>Total</b>	<b>(83.366)</b>	<b>(164.529)</b>	<b>(21.938)</b>	<b>(127.152)</b>
Corrente	(164.521)	(164.521)	-	-
Diferido	81.155	(8)	(21.938)	(127.152)

## Notas Explicativas

(\*) Programa de incentivo e inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.513.915</b>
Transferência - ativo contratual	396.260
Transferência - intangível em serviço	(1.431)
Ajuste ao valor justo	213.564
Baixas	(19.638)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>5.102.670</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No primeiro semestre de 2021, o valor das baixas de R\$ 19.638 (R\$ 7.772 no primeiro semestre de 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 4.334 (R\$ 2.632 no primeiro semestre de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 15.304 (R\$ 5.140 no primeiro semestre de 2020).

### ( 12 ) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos - fornecedores	9.713	505	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	124	54	-	70
Ordens em curso	109.638	97.651	-	-
Serviços prestados a terceiros	8.940	7.494	-	-
Despesas antecipadas	20.857	21.130	4.811	5.877
Contas a receber - CDE (*)	62.457	61.302	-	-
Adiantamentos a funcionários	10.955	6.165	-	-
Arrendamentos e alugueis	20.176	12.078	-	-
Outros	37.823	30.925	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(17.057)	(16.908)	-	-
<b>Total</b>	<b>263.626</b>	<b>220.396</b>	<b>4.811</b>	<b>5.947</b>

(\*) **Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 9.187 (R\$ 9.260 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 53.270 (R\$ 52.042 em 31 de dezembro de 2020) (nota 25.3).

**Notas Explicativas****( 13 ) ATIVO CONTRATUAL**

A movimentação abaixo refere-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>618.617</b>
Adições	572.167
Transferência - Intangível em serviço	(170.437)
Transferência - Ativo financeiro	(396.260)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>624.087</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 14 ) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>357.982</b>	<b>2.095.935</b>	<b>4.481</b>	<b>2.458.397</b>
Custo histórico	1.923.048	5.320.419	40.552	7.284.020
Amortização acumulada	(1.565.066)	(3.224.484)	(36.071)	(4.825.623)
Amortização	(26.050)	(176.476)	(633)	(203.159)
Transferência - ativo contratual	-	169.970	467	170.437
Transferência - ativo financeiro	-	1.431	-	1.431
Baixa e transferência - outros ativos	-	(17.234)	-	(17.234)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>331.932</b>	<b>2.073.626</b>	<b>4.315</b>	<b>2.409.872</b>
Custo histórico	1.923.048	5.262.714	41.019	7.226.782
Amortização acumulada	(1.591.116)	(3.189.088)	(36.704)	(4.816.910)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**Notas Explicativas****( 15 ) FORNECEDORES**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Encargos de serviço do sistema	54.342	90.038
Suprimento de energia elétrica	668.103	701.106
Encargos de uso da rede elétrica	103.581	102.251
Materiais e serviços	178.275	159.134
<b>Total</b>	<b><u>1.004.301</u></b>	<b><u>1.052.529</u></b>
<b>Não circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica	151.959	132.030
Encargos de uso da rede elétrica	58.145	50.520
Materiais e serviços	3.483	7.029
<b>Total</b>	<b><u>213.588</u></b>	<b><u>189.578</u></b>

**( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
Pós Fixado						
TJLP	1.451	(511)	26	-	(27)	939
IPCA	1.196.305	(50.962)	80.281	-	(26.143)	1.199.481
<b>Total ao custo</b>	<b>1.197.755</b>	<b>(51.473)</b>	<b>80.308</b>	<b>-</b>	<b>(26.170)</b>	<b>1.200.420</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(20.357)</b>	<b>-</b>	<b>1.589</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18.768)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	2.474.018	(951.709)	29.446	(50.736)	(34.127)	1.466.892
Euro	644.243	(444.184)	2.378	(25.358)	(2.631)	174.447
Marcação a mercado	(20.422)	-	37.306	-	-	16.884
<b>Total ao valor justo</b>	<b>3.097.839</b>	<b>(1.395.893)</b>	<b>69.130</b>	<b>(76.094)</b>	<b>(36.758)</b>	<b>1.658.224</b>
<b>Total</b>	<b><u>4.275.237</u></b>	<b><u>(1.447.366)</u></b>	<b><u>151.027</u></b>	<b><u>(76.094)</u></b>	<b><u>(62.928)</u></b>	<b><u>2.839.876</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>1.803.770</b>					<b>706.083</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.471.467</b>					<b>2.133.793</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

## Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Pós Fixado</b>					
TJLP					
FINEP	TJLP + 6%	939	1.451	2017 a 2022	Fiança Bancária
		939	1.451		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.199.481	1.196.305	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		1.199.481	1.196.305		
<b>Total moeda nacional</b>		<b>1.200.420</b>	<b>1.197.755</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(18.768)</b>	<b>(20.357)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87% a 0,95% (a)	203.239	282.980	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,84% a 3,65%	1.263.654	2.191.038	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.466.892	2.474.018		
<b>Euro</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,79 a 0,80%	174.447	644.243	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		174.447	644.243		
<b>Marcação a mercado</b>		<b>16.884</b>	<b>(20.422)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>1.658.224</b>	<b>3.097.839</b>		
<b>Total</b>		<b>2.839.876</b>	<b>4.275.237</b>		

(\*) Conforme (CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de junho de 2021 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 16.884 (ganhos de R\$ 20.422 em 31 de dezembro de 2020), deduzidas dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 33.537 (ganhos de R\$ 20.500 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 16.653 (ganhos de R\$ 40.922 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

## Notas Explicativas

### Ano de vencimento

A partir de 01/07/2022	50.412
2023	427.329
2024	444.194
2025	566.205
2026	134.514
2027	505.003
<b>Subtotal</b>	<b>2.127.657</b>
Marcação a mercado	6.136
<b>Total</b>	<b>2.133.793</b>

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## Notas Explicativas

### ( 17 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	993.236	-	(125.000)	12.100	(11.396)	868.940
IPCA	152.292	-	-	10.052	(3.948)	158.397
<b>Total ao custo</b>	<b>1.145.528</b>	<b>-</b>	<b>(125.000)</b>	<b>22.152</b>	<b>(15.343)</b>	<b>1.027.337</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(5.464)</b>	<b>(20.561)</b>	<b>-</b>	<b>1.142</b>	<b>-</b>	<b>(24.883)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	244.804	680.000	-	27.366	(6.864)	945.306
Marcação a mercado	13.258	-	-	(62.510)	-	(49.252)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>258.062</b>	<b>680.000</b>	<b>-</b>	<b>(35.144)</b>	<b>(6.864)</b>	<b>896.053</b>
<b>Total</b>	<b>1.398.125</b>	<b>659.439</b>	<b>(125.000)</b>	<b>(11.850)</b>	<b>(22.208)</b>	<b>1.898.507</b>
<b>Circulante</b>	<b>129.898</b>					<b>140.045</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.268.228</b>					<b>1.758.462</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/06/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	De 107% a 109,75% do CDI	(a)	868.940	993.236	2021 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA+ 5,3473%	(b)	158.397	152.292	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
<b>Total mensuradas ao custo</b>			<b>1.027.337</b>	<b>1.145.528</b>		
	<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(24.883)</b>	<b>(5.464)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	(b)	255.108	244.804	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30% (1)	(c)	690.197	-	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
<b>Marcação a mercado</b>			<b>(49.252)</b>	<b>13.258</b>		
<b>Total mensuradas ao valor justo</b>			<b>896.053</b>	<b>258.062</b>		
<b>Total</b>			<b>1.898.507</b>	<b>1.398.125</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

#### Taxa efetiva a.a.:

(a) De 107,84% a 109,75% do CDI

(b) IPCA + 5,49 a 6,31%

(c) CDI + 1,48%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debentures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debentures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

## Notas Explicativas

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 30 de junho de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debentures foram de R\$ 49.252 (perdas R\$ 13.258 em 31 de dezembro de 2020), acrescido dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 8.620 (ganhos de R\$ 38.659 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 57.872 (R\$ 25.401 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	439.423
2024	569.699
2025	122.363
2027 a 2031	676.229
<b>Subtotal</b>	<b>1.807.715</b>
Marcação a mercado	(49.252)
<b>Total</b>	<b>1.758.462</b>

### Adições no período

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
			Liberado em 2021	Liberado líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - IPCA									
11ª Emissão	20/05/2021	680.000	680.000	659.439	Semestral	(a)	IPCA + 4,3%	CDI + 8,20%	CDI + 0,43%

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da companhia

### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Para as debêntures emitidas em 2021, algumas cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

## Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada (“Fundação CEEE”), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

**“Plano 1” (Plano Único da incorporada):** Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997.

**“Plano 2” (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

#### 18.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	<i>Plano 1</i>	<i>Plano 2</i>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	-	<b>176.444</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(770)	7.218
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(946)	(1.030)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	1.716	-
<b>Passivo atuarial líquido em 30/06/2021</b>	<b>-</b>	<b>182.632</b>
Outras contribuições	-	395
<b>Total passivo</b>	<b>-</b>	<b>183.027</b>
Circulante	-	430
Não circulante	-	182.597

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<b>1º Semestre 2021</b>		<b>1º Semestre 2020</b>	
	<i>Plano 1</i>	<i>Plano 2</i>	<i>Plano 1</i>	<i>Plano 2</i>
Custo do serviço	(584)	571	(59)	998
Juros sobre obrigações atuariais	16.873	25.043	17.002	24.910
Rendimento esperado dos ativos do plano	(17.490)	(18.396)	(17.180)	(18.422)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	431	-	38	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>(770)</b>	<b>7.218</b>	<b>(200)</b>	<b>7.487</b>

## Notas Explicativas

### Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	30/06/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a.(*)	5,48% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(\* ) índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,96%.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES

	30/06/2021	31/12/2020
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.114	791
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	75
Bandeiras tarifárias e outros	39.811	22.792
<b>Total</b>	<b>48.862</b>	<b>23.658</b>

**Bandeiras tarifárias e outros:** O saldo em 30 de junho de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em junho de 2021 e não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT"). O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

**Notas Explicativas****( 20 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	58.501	90
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	21.627	2.955
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>80.128</b>	<b>3.045</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	70.015	93.360
Programa de integração social - PIS	6.254	11.001
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	29.101	50.889
Outros	12.122	12.736
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>117.492</b>	<b>167.986</b>
<b>Total</b>	<b>197.621</b>	<b>171.031</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	3.153	3.148
<b>Total Não circulante</b>	<b>3.153</b>	<b>3.148</b>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

**( 21 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	78.859	45.850	81.489	48.885
<b>Cíveis</b>	122.285	31.309	113.576	36.408
<b>Fiscais</b>	18.538	38.920	18.390	38.516
<b>Regulatórios</b>	18.202	-	17.994	-
<b>Outros</b>	369	-	369	-
<b>Total</b>	<b>238.254</b>	<b>116.079</b>	<b>231.817</b>	<b>123.808</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

## Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2021
Trabalhistas	81.489	13.707	(6.741)	(13.360)	3.765	78.859
Cíveis	113.576	19.911	(5.161)	(24.395)	18.354	122.285
Fiscais	18.390	-	-	-	148	18.538
Regulatórios	17.994	-	-	-	209	18.202
Outros	369	-	-	-	-	369
<b>Total</b>	<b>231.817</b>	<b>33.618</b>	<b>(11.902)</b>	<b>(37.755)</b>	<b>22.475</b>	<b>238.254</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

**Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estavam assim representadas:

	30/06/2021	31/12/2020	Principais causas
Trabalhistas	350.508	288.351	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.025.686	877.181	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.050.546	1.044.011	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	522.076	526.200	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	65.162	63.764	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>3.013.977</b>	<b>2.799.507</b>	

**Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva do STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

**Notas Explicativas****( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	94.634	70.947	72.751	63.209
Programa de eficiência energética - PEE	126.076	127.833	5.076	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	56.259	68.029	18.840	2.548
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	15.964	11.115	-	-
Adiantamentos	4.004	9.072	3.601	4.118
Descontos tarifários - CDE	8.046	26.063	-	-
Folha de pagamento	2.360	2.860	-	-
Participação nos lucros	11.847	18.186	963	1.735
Convênios de arrecadação	30.766	31.776	-	-
Garantias	-	-	993	993
Outros	6.225	6.675	34.061	34.194
<b>Total</b>	<b>356.180</b>	<b>372.556</b>	<b>136.285</b>	<b>106.797</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021.

**( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>	<b>100,00</b>

**23.1 - Aumento de Capital**

Através da AGO/E de 29 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020 sem emissão de novas ações.

## Notas Explicativas

### 23.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 29 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2020, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 163.307, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 145,107075377.

No primeiro semestre de 2021, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 163.307 referente a dividendos.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 (nota 23).

### ( 24 ) LUCRO POR AÇÃO

#### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	221.964	420.267	49.628	310.486
<b>Denominador</b>				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427	1.125.427	1.125.427
<b>Lucro líquido básico por ações ordinárias - R\$</b>	<b>197,23</b>	<b>373,43</b>	<b>44,10</b>	<b>275,88</b>

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## Notas Explicativas

**( 25 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.276.588	2.740.418	1.108.666	2.483.136
Industrial	265.823	526.482	225.866	494.492
Comercial	422.314	898.718	362.636	877.092
Rural	213.448	508.506	173.750	447.003
Poderes públicos	65.795	138.302	57.400	136.802
Iluminação pública	68.015	130.431	58.764	118.353
Serviço público	63.679	133.421	81.863	168.719
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.375.662</b>	<b>5.076.278</b>	<b>2.068.945</b>	<b>4.725.607</b>
Fornecimento não faturado (líquido)	(6.564)	(56.672)	(64.681)	(35.953)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.189.406)	(2.544.319)	(1.058.403)	(2.378.406)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.179.692</b>	<b>2.475.287</b>	<b>945.861</b>	<b>2.311.248</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	96.592	221.384	121.123	262.418
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(23.063)	(48.081)	(18.455)	(41.872)
Energia elétrica de curto prazo	55.237	55.011	26.962	26.355
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>128.766</b>	<b>228.314</b>	<b>129.630</b>	<b>246.901</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.212.469	2.592.400	1.076.858	2.420.278
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	332.039	652.757	239.261	496.777
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(7.908)	(26.230)	(12.478)	(32.966)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	294.128	545.835	243.239	462.635
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	181.776	225.368	(8.175)	(238.859)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	98.028	209.230	(26.162)	33.699
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	170.899	357.506	170.212	370.988
Outras receitas e rendas	28.220	55.253	26.575	53.567
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>2.309.651</b>	<b>4.612.119</b>	<b>1.709.330</b>	<b>3.566.119</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>3.618.109</b>	<b>7.315.721</b>	<b>2.784.821</b>	<b>6.124.267</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(701.359)	(1.476.382)	(605.313)	(1.355.981)
PIS	(49.281)	(104.220)	(42.336)	(92.858)
COFINS	(226.991)	(480.042)	(195.003)	(427.711)
ISS	(35)	(79)	(79)	(162)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(233.442)	(512.201)	(231.266)	(491.277)
Programa de P & D e eficiência energética	(19.747)	(39.312)	(14.794)	(32.936)
PROINFRA	(11.241)	(20.749)	(9.441)	(19.473)
Bandeiras tarifárias e outros	(14.115)	(17.046)	(33)	58.211
Outros	(2.999)	(5.675)	(2.555)	(5.109)
	<b>(1.259.208)</b>	<b>(2.655.706)</b>	<b>(1.100.820)</b>	<b>(2.367.296)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.358.902</b>	<b>4.660.015</b>	<b>1.684.001</b>	<b>3.756.971</b>

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica - em GWh</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.367	2.949	1.344	2.948
Industrial	354	696	309	695
Comercial	445	949	418	1.019
Rural	369	957	351	977
Poderes públicos	72	152	68	166
Iluminação pública	139	276	142	284
Serviço público	79	166	119	245
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.825</b>	<b>6.145</b>	<b>2.750</b>	<b>6.334</b>
Consumo próprio	2	3	2	4
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>2.826</b>	<b>6.148</b>	<b>2.751</b>	<b>6.338</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	392	860	451	967
Energia elétrica de curto prazo	306	304	386	383
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>698</b>	<b>1.164</b>	<b>837</b>	<b>1.350</b>

## Notas Explicativas

<b>Nº de Consumidores</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>
<b>Classe de consumidores</b>		
Residencial	2.532.049	2.463.291
Industrial	18.043	19.715
Comercial	178.883	175.981
Rural	248.027	250.379
Poderes públicos	22.011	21.693
Iluminação pública	526	471
Serviço público	3.714	3.557
Consumo próprio	230	226
<b>Total</b>	<b>3.003.483</b>	<b>2.935.313</b>

### 25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

### 25.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 15 de junho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 2.880, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 15,23%, sendo 16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,45% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,95%.

Em 17 de junho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.697/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,74%, sendo 10,06% referentes ao reajuste tarifário econômico e 5,67% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 6,09%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi mantida nesse ínterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.557/2019.

A ANEEL reconheceu o direito da Companhia a valor referente à não arrecadação da receita tarifária adicional nesse período, autorizando a Companhia a realizar, dedução proporcional ao período de suspensão do recolhimento das cotas mensais da CDE à CCEE para a competência de julho de 2020.

### 25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

No primeiro semestre de 2021 e 2020, foi registrada receita de R\$ 357.506 (R\$ 370.988 no primeiro semestre de 2020), sendo (i) R\$ 28.706 (R\$ 43.246 no primeiro semestre de 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 305.379 (R\$ 303.845 no primeiro semestre de 2020) referentes a descontos tarifários, (iii) R\$ 23.421 (R\$ 23.890 no primeiro semestre de 2020) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 7 no primeiro semestre de 2020 de desconto tarifário – liminares.

### 25.4 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020, (“REH”) nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

## Notas Explicativas

A REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

A REH nº 2.864, de 05 de maio de 2021, efetuou a homologação definitiva das quotas de 2021.

### ( 26 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	259.762	567.005	322.973	611.217
PROINFA	26.447	54.803	22.078	43.507
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	851.904	1.584.470	602.802	1.370.208
Crédito de PIS e COFINS	(104.117)	(197.637)	(85.809)	(177.665)
<b>Subtotal</b>	<b>1.033.996</b>	<b>2.008.641</b>	<b>862.044</b>	<b>1.847.267</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica	210.311	427.029	140.484	302.408
Encargos de transporte de itaipu	27.588	53.711	23.252	45.366
Encargos de conexão	32.047	61.626	23.775	46.663
Encargos de uso do sistema de distribuição	1.057	4.957	418	926
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	55.535	169.163	(69.395)	(63.167)
Encargos de energia de reserva - EER	28.819	39.954	38.767	38.767
Crédito de PIS e COFINS	(32.870)	(69.969)	(14.550)	(34.313)
<b>Subtotal</b>	<b>322.488</b>	<b>686.471</b>	<b>142.751</b>	<b>336.651</b>
<b>Total</b>	<b>1.356.485</b>	<b>2.695.112</b>	<b>1.004.795</b>	<b>2.183.917</b>

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia comprada para revenda - GWh</b>				
Energia de Itaipu Binacional	823	1.641	860	1.723
PROINFA	78	146	83	164
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.030	6.487	3.091	7.027
<b>Total</b>	<b>3.932</b>	<b>8.274</b>	<b>4.034</b>	<b>8.914</b>

**( 27 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2º Trimestre										
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais		Total				
	2021	2020	2021	2020	Vendas	Gerais e administrativas	Outros	2021	2020		
Pessoal	47.269	45.551	-	-	20.346	15.302	15.498	-	-	82.918	81.191
Entidade de previdência privada	3.224	3.648	-	-	-	-	-	-	-	3.224	3.648
Material	17.456	11.388	70	84	2.411	4.314	254	467	-	20.191	16.253
Serviços de terceiros	31.227	34.811	97	106	9.728	9.041	22.855	22.017	-	63.907	65.975
Custos com construção da infraestrutura	-	-	294.128	243.239	-	-	-	-	-	294.128	243.239
Outros	7.160	5.852	(1)	-	7.174	7.362	21.428	15.290	24.477	60.238	45.087
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.251	7.205	-	-	-	7.251	7.205
Arrendamentos e aluguéis	5.644	5.539	-	-	-	4.949	2.438	-	-	10.593	7.977
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	1.166	2.046	-	-	1.166	2.046
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	18.361	9.060	-	-	18.361	9.060
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	180	1.472	-	-	180	1.472
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	24.001	16.109	24.001
Outros	1.516	313	(1)	-	(77)	157	(3.229)	274	476	(1.314)	1.219
<b>Total</b>	<b>106.337</b>	<b>101.250</b>	<b>294.294</b>	<b>243.429</b>	<b>39.659</b>	<b>40.858</b>	<b>59.839</b>	<b>53.272</b>	<b>24.477</b>	<b>16.585</b>	<b>524.606</b>

	1º Semestre										
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais		Total				
	2021	2020	2021	2020	Vendas	Gerais e administrativas	Outros	2021	2020		
Pessoal	92.174	87.692	-	-	39.842	39.508	31.540	31.369	-	-	163.556
Entidade de previdência privada	6.448	7.287	-	-	-	-	-	-	-	-	6.448
Material	32.550	24.963	152	132	4.195	7.274	1.761	1.484	-	-	38.659
Serviços de terceiros	60.754	65.065	219	229	19.273	18.385	46.474	44.456	-	-	126.719
Custos com construção da infraestrutura	-	-	545.835	462.635	-	-	-	-	-	-	545.835
Outros	12.307	11.192	(1)	(1)	14.425	14.993	37.951	32.480	54.979	40.633	119.661
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	14.474	14.672	-	-	-	-	14.474
Arrendamentos e aluguéis	11.399	10.549	-	-	-	-	6.252	5.194	-	-	17.651
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.044	2.844	-	-	2.044
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	31.013	20.804	-	-	31.013
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	451	1.705	-	-	451
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	54.017	39.691	54.017
Outros	908	643	(1)	(1)	(49)	321	(1.809)	1.933	962	942	10
<b>Total</b>	<b>204.232</b>	<b>196.199</b>	<b>546.206</b>	<b>462.995</b>	<b>77.736</b>	<b>80.160</b>	<b>117.726</b>	<b>109.789</b>	<b>54.979</b>	<b>40.632</b>	<b>1.000.878</b>

**Notas Explicativas****( 28 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	4.773	9.216	10.202	15.020
Acréscimos e multas moratórias	24.530	48.878	23.264	47.764
Atualização de créditos fiscais	11.233	11.284	158	602
Atualização de depósitos judiciais	477	915	681	1.492
Atualizações monetárias e cambiais	52.300	68.040	(4.163)	91.363
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.402	2.258	1.308	1.754
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	2.281	2.793	(1.530)	1.010
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.746)	(6.234)	(2.346)	(4.564)
Outros	6.850	12.398	2.640	5.165
<b>Total</b>	<b>100.100</b>	<b>149.549</b>	<b>30.212</b>	<b>159.607</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(44.382)	(92.958)	(47.949)	(92.662)
Atualizações monetárias e cambiais	(39.761)	(93.453)	3.772	(17.383)
(-) Juros capitalizados	3.006	5.937	3.469	6.157
Outros	(20.665)	(29.416)	(5.987)	(9.778)
<b>Total</b>	<b>(101.802)</b>	<b>(209.890)</b>	<b>(46.695)</b>	<b>(113.665)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.702)</b>	<b>(60.341)</b>	<b>(16.483)</b>	<b>45.942</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos de perdas líquidas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 64.321 no primeiro semestre de 2021 (ganhos líquidos de R\$ 849.000 no primeiro semestre de 2020) (nota 31).

**( 29 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 2.023 (R\$ 2.467 no primeiro semestre de 2020). Este valor é composto por R\$ 1.947 (R\$ 2.362 no primeiro semestre de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 76 (R\$ 105 no primeiro semestre de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:**

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
<b>Encargos - Rede básica</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	240	49.657	38.219
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	2.709	-	5.792	-

## Notas Explicativas

### Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	3	-	19	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz.	320	345	2.263	1.868	-	-	11.112	10.993
Companhia Piratininga de Força e Luz.	134	107	1.637	1.540	-	-	8.744	8.108
Companhia Jaguaré de Energia.	64	55	76	128	-	-	198	254
CPFL Energia S.A.	16	33	-	-	-	-	(162)	(72)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	17	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	1	-	8	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	12	-	-	-	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	61	-	-	-	13	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz.	-	-	-	-	-	-	61	59
<b>Contrato de Mútuo</b>								
CPFL Energia S.A. (**)	-	-	303.175	300.019	-	-	4.070	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	145.361	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	17.946	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz.	-	-	-	212	-	-	-	2
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	183	273	3.044	2.758	-	-	458	949
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.767	1.482	-	-	10.588	9.224
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	587	492	-	-	3.235	3.124
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	273	-	-	4.354	611
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	567	495	-	-	3.188	2.982
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	441	346	-	-	2.473	2.093
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	836	500	-	-	3.859	2.895
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	117
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	7	9	-	-	47	46
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	1.464	769	-	-	3.805	1.287
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	94	90	-	-	501	485
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas.	-	-	267	302	-	-	1.308	1.283
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.393	2.922	-	-	19.871	19.379
CPFL Renováveis - Consolidado	13	9	336	228	54	55	2.355	2.068
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	31	28
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	32	34
<b>Outras operações financeiras</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	451	1.705

#### (\*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia R\$ 40.884 no primeiro semestre de 2021 (R\$ 33.163 no primeiro semestre de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(\*\*) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 303.175, refere-se substancialmente ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107% do CDI.

### ( 30 ) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de

## Notas Explicativas

decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/06/2021	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	247.611	247.611
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	3.709	3.709
Derivativos	31	(a)	Nível 2	354.191	354.191
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	5.102.670	5.102.670
<b>Total</b>				<b>5.708.181</b>	<b>5.708.181</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.181.652	1.181.652
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.658.224	1.658.224
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.002.454	1.623.784
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	896.053	896.053
Derivativos	31	(a)	Nível 2	9.062	9.062
<b>Total</b>				<b>4.747.445</b>	<b>5.368.775</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 25.204 no 1º semestre de 2021 (um ganho de R\$ 72.900 no 1º semestre de 2020).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de

## Notas Explicativas

Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2021, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do primeiro semestre de 2021 de R\$ 213.564 (ganho de R\$ 36.331 no primeiro semestre de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

## Notas Explicativas

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Moeda / indexador	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional	
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)					Ganho (Perda) na marcação a mercado
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	253.492	-	253.492	221.963	31.529	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%) ou (1,84% a 3,65%)	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,8% a 0,90%	jul/21 a fev/25	1.236.186
Empréstimos bancários - Lei 4.131	42.856	-	42.856	40.848	2.008	Euro + de 0,79 a 0,80%	103,5% a 105,8% do CDI	jun/21 a fev/22	133.130
	<b>296.348</b>	<b>-</b>	<b>296.348</b>	<b>262.810</b>	<b>33.537</b>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	57.843	(9.062)	48.781	40.161	8.620	IPCA + 4,3% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a maio/31	899.600
<b>Total</b>	<b>354.191</b>	<b>(9.062)</b>	<b>345.129</b>	<b>302.971</b>	<b>42.158</b>				
Circulante	153.172	-							
Não circulante	201.019	(9.062)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/06/2021
Para dívidas designadas a valor justo	825.962	(46.271)	(476.720)	302.971
Marcação a mercado (*)	59.159	(17.001)	-	42.158
<b>Total</b>	<b>885.121</b>	<b>(63.272)</b>	<b>(476.720)</b>	<b>345.129</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>486.476</b>			<b>153.172</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>398.645</b>			<b>201.019</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>			<b>(9.062)</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro semestre de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2021		2020		2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Variação de taxas de juros	13.358	21.444	220	3.805	-	-	-	-
Marcação a mercado	(12.695)	(27.341)	14.134	2.602	(2.800)	(2.697)	867	3.820
Variação cambial	(377.460)	(67.714)	190.510	800.198	-	-	-	-
Marcação a mercado	93.875	9.291	(23.289)	42.394	2.053	3.746	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(282.923)</b>	<b>(64.321)</b>	<b>181.576</b>	<b>849.000</b>	<b>(748)</b>	<b>1.049</b>	<b>867</b>	<b>3.818</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo

## Notas Explicativas

do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.482.556)		(79.104)	311.311	701.726
Derivativos - swap plain vanilla	1.519.946		81.099	(319.162)	(719.423)
	<b>37.391</b>	baixa dolar	<b>1.994</b>	<b>(7.852)</b>	<b>(17.698)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(175.668)		(10.951)	35.704	82.359
Derivativos - swap plain vanilla	176.660		11.013	(35.906)	(82.824)
	<b>992</b>	baixa euro	<b>62</b>	<b>(202)</b>	<b>(465)</b>
<b>Total</b>	<b>38.383</b>		<b>2.056</b>	<b>(8.054)</b>	<b>(18.163)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>138</b>	<b>(487)</b>	<b>(1.112)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>1.919</b>	<b>(7.566)</b>	<b>(17.050)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 30.06.2021 foi de R\$ 5,00 para o dólar e R\$ 5,93 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,27 e R\$ 6,30 e a depreciação cambial de 5,34% e 6,23%, do dólar e do euro respectivamente em 30.06.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

#### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

## Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	213.683				14.060	17.575	21.091
Instrumentos financeiros passivos	(868.940)				(57.176)	(71.470)	(85.764)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.348.406)				(154.525)	(193.156)	(231.788)
	<b>(3.003.663)</b>	alta CDI	2,27%	6,58%	<b>(197.641)</b>	<b>(247.051)</b>	<b>(296.461)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(939)				(46)	(57)	(69)
	<b>(939)</b>	alta TJLP	4,62%	4,88%	<b>(46)</b>	<b>(57)</b>	<b>(69)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(2.253.932)				(126.220)	(94.665)	(63.110)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	996.928				55.828	41.871	27.914
Ativo financeiro da concessão	5.102.670				285.750	214.312	142.875
	<b>3.845.667</b>	baixa IPCA	8,35%	5,60%	<b>215.358</b>	<b>161.518</b>	<b>107.679</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	179.038				11.781	8.836	5.890
Instrumentos financeiros ativos	3.709				244	183	122
	<b>182.747</b>	baixa SELIC	2,27%	6,58%	<b>12.025</b>	<b>9.019</b>	<b>6.012</b>
<b>Total</b>	<b>1.023.813</b>				<b>29.696</b>	<b>(76.571)</b>	<b>(182.839)</b>
Efeitos no resultado abrangente acumulado					532	281	28
Efeitos no resultado do período					29.164	(76.852)	(182.867)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma receita de R\$ 257.036.

### f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

## Notas Explicativas

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 31 b). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## Notas Explicativas

### (32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro semestre de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 5.937 (R\$ 6.157 no primeiro semestre de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

Ainda no primeiro semestre de 2021, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 no primeiro semestre de 2020), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020.

### (33) EVENTO SUBSEQUENTE

#### Empréstimos e financiamentos

A partir de 1º de julho de 2021 e até o momento da aprovação destas informações contábeis intermediárias, foi adicionado aos Empréstimos e financiamentos a captação abaixo:

Modalidade	Liberado em 2021	Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos	Condições restritivas
<b>Moeda estrangeira</b>						
Empréstimo bancário (Lei 4.131)	340.000	Semestral	Duas parcelas em 06/2025 e 06/2026	1,8258% a.a	CDI+1,26%	(a)

(a) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia: ( i ) Dívida Líquida/EBITDA ajustado  $\leq$  3,75 vezes; ( ii ) EBITDA/Resultado Financeiro  $\geq$  2,25 vezes.

**Notas Explicativas**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**MARIO ANTONIO COSTA CALDAS**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVERIA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6 S-RS

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

São Leopoldo - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2021.

São Leopoldo, 09 de agosto de 2021

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2021.

São Leopoldo, 09 de agosto de 2021

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras